



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JARU - RO

J01 - ADVOGADO

Turno: Tarde

Tipo de Prova
1

Sr. Candidato, para ter a sua prova corrigida é obrigatório a marcação do tipo de prova no cartão de respostas. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Faze-te sem limites no tempo.” (Cecília Meireles)

ATENÇÃO

Este caderno contém sessenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E), e uma questão discursiva.

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.

Duração da prova: 4h

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 2 (duas) horas do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões, somente faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar o Termo de sala.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 1

Avalie as afirmações abaixo como VERDADEIRAS ou FALSAS:

- 1.() Ao escrever um e-mail formal, é importante manter a coesão textual, garantindo que as ideias estejam organizadas de forma lógica e sequencial.
- 2.() No desenvolvimento de um texto narrativo, a utilização de pronomes pessoais e conectivos é importante para garantir a coesão entre as diferentes partes da história.
- 3.() Quando um texto é coerente, ele necessariamente apresenta coesão, pois a articulação eficaz entre suas partes por meio de elementos da coerência é fundamental para assegurar a fluidez e a compreensão das ideias da coesão.

A sequência CORRETA é:

- (A) 1.V, 2.F, 3.V;
- (B) 1.F, 2.V, 3.F;
- (C) 1.V, 2.V, 3.F;
- (D) 1.V, 2.F, 3.F;
- (E) 1.F, 2.V, 3.V.

Questão 2

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas de acordo com as regras ortográficas:

- (A) Enxugar, dezembro, torácico;
- (B) Exceção, cabeleireiro, macaxeira;
- (C) Acender, xilofone, geleia;
- (D) Asterístico, poliomielite, xampus;
- (E) Bicarbonato, reivindicar, xícara.

Questão 3

Considere essas seguintes frases:

- I. No universo criativo da arquitetura, ela _____ elaborou o projeto arquitetônico que viria a transformar não apenas um espaço físico, mas também conceitos e percepções.
- II. Você sabia que eles têm _____ bens acumulados ao longo dos anos.
- III. Geladeira, freezer e micro-ondas _____ parte de um conjunto harmonioso que transforma a culinária em uma experiência única.

Preencha as lacunas acima e assinale a alternativa correta.

- (A) I. mesma; II. bastantes; III. fazem;
- (B) I. mesma; II. bastante; III. faz;
- (C) I. mesmo; II. bastantes; III. fazem;
- (D) I. mesmo; II. bastante; III. faz;
- (E) I. mesmo; II. bastantes; III. faz;

Questão 4

Assinale a alternativa em que o uso do ponto e vírgula (;) está corretamente empregado.

- (A) "O aluno realizou a pesquisa bibliográfica; no entanto não encontrou referências relevantes para o trabalho."
- (B) "A paçoca tem sabor de infância; o bolo de chocolate tem cheiro de casa de vó."
- (C) "Vou sair para comprar três coisas; caneta, lápis e borracha."
- (D) "O relatório apresenta dados sobre o crescimento da empresa no último ano; além de projeções para o próximo período."
- (E) "Janet disse; 'Preciso de um tempo para pensar'."

Questão 5

Considere o excerto abaixo:

"O cipreste inclina-se em fina reverência/e as margaridas estremecem, sobressaltadas." (Cecília Meireles)

Assinale a alternativa que apresenta a figura de linguagem utilizada.

- (A) Silepse;
- (B) Catacrese;
- (C) Prosopopeia;
- (D) Eufemismo;
- (E) Zeugma.

Questão 6

Considere o excerto abaixo:

"Em uma pequena cidade costeira, as casas coloridas alinham as ruas estreitas. Os barcos de pesca balançam suavemente no ritmo das ondas. O aroma salgado do mar mistura-se com o cheiro adocicado das flores que embelezam os jardins. À medida que o sol se põe, o céu se transforma em tons de laranja e rosa, pintando um espetáculo magnífico sobre o horizonte."

Podemos afirmar que o texto se trata de uma:

- (A) narração;
- (B) descrição;
- (C) argumentação;
- (D) citação;
- (E) análise.

Questão 7

Acerca da concordância verbal e da concordância nominal, julgue as frases abaixo.

- I. Precisa-se de assistentes administrativos.
- II. Haviam cinco pessoas esperando na fila.
- III. Gostaria de pedir frango e picanha bem passado.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) Apenas, III;
- (B) Apenas, I e III;
- (C) Apenas, II e III;
- (D) Apenas, II;
- (E) Apenas, I.

Questão 8

Selecione a opção em que a mesóclise está corretamente empregada:

- (A) Poderia entregá-lo-me amanhã?
- (B) Diga-me se vir-me-á na festa.
- (C) Preciso concluir-me o relatório.
- (D) Encontrar-nos-emos no final do dia.
- (E) Jamais pensaria em envolver-me nisso.

Questão 9

Na frase "Mariana passeou pelo shopping o dia todo e só comprou um livro.", identificamos o objeto direto em:

- (A) um livro;
- (B) só comprou;
- (C) o dia todo;
- (D) pelo shopping;
- (E) passeou.

Questão 10

Assinale a alternativa em que a crase está corretamente empregada.

- (A) Não estou disposta à falar.
- (B) Vocês chegaram à um veredicto?
- (C) As testemunhas compareceram perante à delegacia.
- (D) Ela entregou a carta à vossa senhoria.
- (E) Esse vestido está à moda de Paris.

INFORMÁTICA BÁSICA

Questão 11

Considerando os conceitos de Internet e intranet, qual das opções a seguir descreve corretamente a diferença entre eles?

- (A) Internet e intranet são termos intercambiáveis que se referem à rede mundial de computadores, sem diferenças significativas entre eles;
- (B) A intranet é uma versão menor da Internet, destinada exclusivamente ao uso por agências governamentais;
- (C) Internet é uma rede pública global, enquanto intranet é uma rede privada utilizada internamente por uma organização para compartilhar informações de forma segura;
- (D) Apenas a intranet permite o acesso a sítios de busca e pesquisa, enquanto a Internet é utilizada prioritariamente o correio eletrônico;
- (E) A Internet utiliza protocolos de segurança para todas as suas comunicações, ao passo que a intranet não emprega nenhum método de segurança.

Questão 12

Considere o excerto abaixo:

Um _____ é um tipo de malware que se disfarça de software legítimo ou está escondido dentro de um software legítimo, enganando os usuários para que instalem um código malicioso em seus sistemas. Eles são projetados para realizar ações maliciosas que podem incluir, mas não se limitam a roubo de dados, instalação de *backdoors* para permitir o controle remoto do sistema infectado, espionagem, exibição de anúncios indesejados, e instalação de mais malwares.

Preencha a lacuna acima e assinale a alternativa correta.

- (A) spyware;
- (B) trojan;
- (C) worms;
- (D) adware;
- (E) ransomware.

Questão 13

No Google Docs, diversos atalhos de teclado facilitam e agilizam a edição de documentos. Qual dos seguintes atalhos é utilizado para aplicar o negrito ao texto selecionado?

- (A) Alt + H;
- (B) Ctrl + B;
- (C) Ctrl + Shift + >;
- (D) Ctrl + I;
- (E) Ctrl + U.

Questão 14

Qual das seguintes opções descreve corretamente o backup incremental?

- (A) Cria uma imagem exata do sistema operacional e de todos os arquivos no momento do backup;
- (B) Copia apenas arquivos que tenham o tamanho abaixo de 5GB;
- (C) Copia todos os arquivos que foram alterados desde o último backup;
- (D) Copia somente os arquivos salvos na intranet;
- (E) Copia todos os arquivos, independentemente de terem sido modificados desde o último backup.

Questão 15

No Microsoft Word, qual das seguintes opções permite colocar margem em um documento?

- (A) Na guia "Design", escolher "Espaçamento entre Linhas", clicar em "Margens";
- (B) Na guia "Inserir", escolher "Margens Dinâmicas";
- (C) Na guia "Layout da Página", selecionar "Ajustar espaçamento" e clicar em "Margens";
- (D) Na guia "Layout", dentro do grupo "Configurar Página", clicar em "Margens";
- (E) Usar o atalho Ctrl + 2 para definir uma margem.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 16

A Administração Pública pode ser entendida como o conjunto de atividades e órgãos que visam atender às necessidades da sociedade, de forma transparente, eficiente e ética. Sobre os conceitos básicos da Administração Pública, relacione as colunas abaixo:

Coluna I:

1. Administração Pública.
2. Gestão Pública.
3. Serviço Público.
4. Princípios da Administração Pública.

Coluna II:

() São os valores que devem orientar a atuação dos gestores públicos, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

() É a gestão dos recursos e políticas públicas, realizada por órgãos e entidades estatais, com o objetivo de atender aos interesses coletivos e garantir o bem-estar da população.

() Refere-se ao processo de planejamento, organização, direção e controle das atividades da Administração Pública, visando alcançar os objetivos e metas estabelecidos.

() São as atividades prestadas pelo Estado ou por suas entidades, com o objetivo de atender às necessidades da sociedade, como saúde, educação, segurança, entre outros.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA:

- (A) 4 - 1 - 2 - 3;
- (B) 1 - 2 - 3 - 4;
- (C) 4 - 2 - 1 - 3;
- (D) 2 - 1 - 4 - 3;
- (E) 3 - 4 - 1 - 2.

Questão 17

Segundo José Cretella Júnior, os princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas que condicionam todas as estruturas subsequentes, de modo que, princípios, neste sentido, são os alicerces da ciência. Com base nisso, assinale a alternativa que indica o princípio que impede a Administração Pública de, por simples ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados:

- (A) princípio da impessoalidade;
- (B) princípio da legalidade;
- (C) princípio da moralidade;
- (D) princípio da eficiência;
- (E) princípio da publicidade.

Questão 18

Sobre as características dos direitos fundamentais, é CORRETO afirmar que decorre da relatividade dos direitos fundamentais:

- (A) poder ser dividido;
- (B) poder ser desrespeitado, em casos previstos em lei;
- (C) poder ser alienado;
- (D) poder ter seu âmbito de incidência reduzido;
- (E) poder ser prescrito.

Questão 19

A Lei de Improbidade Administrativa estabelece as normas para punição de agentes públicos que pratiquem atos de improbidade no exercício de suas funções. A improbidade administrativa se caracteriza por atos ilegais que causam prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito ou violação aos princípios da administração pública. Com base nessa legislação, analise os itens abaixo:

- I. Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato culposo, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo.
- II. Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel constitui ato de improbidade administrativa.
- III. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial.
- IV. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta apenas contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole apenas o dever de honestidade.

ESTÁ(ÃO) CORRETA(S):

- (A) somente II e IV;
- (B) somente I, II e III;
- (C) somente II e III;
- (D) somente III e IV;
- (E) somente I e IV.

Questão 20

A Responsabilidade Fiscal refere-se ao conjunto de princípios e normas que buscam garantir o equilíbrio das contas públicas, evitando o endividamento excessivo e o comprometimento dos recursos futuros do Estado. Sobre a Lei Complementar nº 101/2000, analise os itens abaixo:

- I. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- II. O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- III. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- IV. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

ESTÁ(ÃO) CORRETA(S):

- (A) somente II e IV;
- (B) somente I, II e III;
- (C) somente I, II e IV;
- (D) somente III e IV;
- (E) somente I e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

Sobre as características dos direitos fundamentais, relacione as colunas abaixo:

Coluna I:

- 1. Universalidade.
- 2. Relatividade.
- 3. Interdependência.
- 4. Complementariedade.

Coluna II:

- () Direitos fundamentais não são interpretados isoladamente; ao contrário, devem ser conjugados, reconhecendo-se que compõem um sistema único pensado pelo legislador.
- () O exercício dos direitos individuais, não raro, acarreta conflitos com outros direitos constitucionalmente resguardados, dada a circunstância de nenhum direito ser absoluto ou prevalecer perante os demais em abstrato.
- () Aponta a existência de um núcleo mínimo de direitos que devem estar presente em todo lugar e para todas as pessoas.
- () As previsões constitucionais que se traduzem em direitos fundamentais possuem interseções/ligações intrínsecas com o intuito óbvio de intensificar a proteção engendrada pelo catálogo de direitos.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA:

- (A) 4 - 1 - 2 - 3;
- (B) 3 - 2 - 1 - 4;
- (C) 2 - 4 - 3 - 1;
- (D) 4 - 2 - 1 - 3;
- (E) 1 - 3 - 2 - 4.

Questão 22

Segundo a Constituição Federal e as regras acerca da autonomia federativa dos municípios, é CORRETO afirmar que:

- (A) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um turno e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal;
- (B) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em três turnos, com o intervalo mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal;
- (C) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o intervalo mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal;
- (D) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um turno e aprovada por dois terços dos membros do Senado Municipal;
- (E) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos e aprovada por dois terços dos membros da Prefeitura Municipal.

Questão 23

Considere o trecho abaixo:

“[...] a fim de conferir segurança jurídica para os agentes econômicos atuarem no mercado, a Constituição garante, no art. 5º, XXII, a _____ enquanto direito individual. Este é um instituto típico das economias capitalistas e corresponde ao poder de usar, gozar, dispor e reivindicar determinados bens [...]” (Fonte: MASSON, Nathalia. Manual de Direito Constitucional. 8ª ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2020, p. 1676.)

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

- (A) livre concorrência;
- (B) propriedade privada;
- (C) defesa do consumidor;
- (D) soberania popular;
- (E) busca do pleno emprego.

Questão 24

Os poderes da administração referem-se aos poderes conferidos aos órgãos administrativos para exercer suas funções e cumprir seus objetivos dentro da estrutura do Estado. Sobre os poderes da administração e seus respectivos atos, assinale a alternativa CORRETA:

I. São os atos emanados de um órgão estatal em virtude de competência própria, outorgada imediata e diretamente pela Constituição, para edição de regras instituidoras de direito novo.

II. Têm por objetivo a explicitação ou especificação de um conteúdo normativo preexistente, visando à sua execução no plano da praxis.

- (A) atos disciplinares originários e atos normativos derivados, respectivamente;
- (B) atos normativos originários e atos normativos derivados, respectivamente;
- (C) atos normativos derivados e atos disciplinares derivados, respectivamente;
- (D) atos de polícia e atos normativos derivados, respectivamente;
- (E) atos disciplinares derivados e atos normativos derivados, respectivamente.

Questão 25

São servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos. Nesse sentido, analise os itens abaixo:

- I. os servidores estatutários são sujeitos ao regime estatutário e ocupantes de cargos públicos.
- II. os empregados públicos, contratados sob o regime da legislação trabalhista e ocupantes de emprego público.
- III. os servidores temporários exercem função vinculados a cargo ou emprego público.
- IV. os servidores temporários são contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

ESTÁ(ÃO) CORRETO(S):

- (A) somente I e III;
- (B) somente I, II e IV;
- (C) somente I e II;
- (D) somente III e IV;
- (E) todos os itens.

Questão 26

Considere a situação em que um locatário, tendo pleno conhecimento das regras estabelecidas no contrato de locação, deliberadamente danifica o imóvel locado sem motivo justificável, apenas para causar prejuízo ao proprietário ou para obter vantagens indevidas.

Com base na situação descrita e nas regras do Código Civil, é CORRETO afirmar que:

- (A) a situação é um exemplo de ato jurídico lícito;
- (B) a situação é um exemplo de abuso de direito;
- (C) a situação é um exemplo de ato jurídico ilícito e de boa-fé;
- (D) a situação é um exemplo de fato jurídico de boa-fé;
- (E) a situação é um exemplo de ato jurídico fortuito.

Questão 27

Sobre as regras de prescrição e decadências contidas no Código Civil, analise os itens abaixo:

- I. A renúncia da prescrição pode ser expressa;
- II. A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- III. Prescreve em cinco anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- IV. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegar em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- V. A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros.

ESTÁ(ÃO) CORRETO(S):

- (A) somente I e IV;
- (B) somente III e V;
- (C) somente II e III;
- (D) somente I e II;
- (E) somente IV e V.

Questão 28

Considere a situação hipotética em que uma pessoa é sujeita devedora de uma obrigação de pagar uma quantia certa a uma pessoa cuja identidade não é conhecida.

Diante dessa situação e das regras do Código Civil, é CORRETO afirmar que:

- (A) os sujeitos de uma obrigação devem ser sempre determinados desde a origem da obrigação;
- (B) o devedor é automaticamente exonerado da obrigação nos casos em que o credor é indeterminado;
- (C) não há meios adequados para o cumprimento da obrigação de pagar quantia certa nos casos em que o devedor é indeterminado;
- (D) os sujeitos da obrigação devem ser ao menos determináveis, embora possam não ser, na origem da obrigação, determinados;
- (E) os sujeitos de uma obrigação não necessariamente devem ser determinados desde a origem da obrigação, porém não há meios adequados para o cumprimento da obrigação de pagar quantia nos casos em que o devedor é indeterminado.

Questão 29

Considere a seguinte situação:

Cláudio exerce a posse de um imóvel em que realizou diversas obras como a construção de uma piscina, conserto de telhados e ampliação da garagem. Com receio de perder a posse do imóvel e ser prejudicado pelos gastos que teve com o imóvel.

Considerando a situação e as regras do Código Civil, é CORRETO afirmar que:

- (A) somente a construção da piscina será indenizada caso Cláudio perca a posse do imóvel, independente se a posse é de boa-fé e, poderá ainda exercer o direito de retenção;
- (B) somente o conserto de telhados será indenizado caso Cláudio perca a posse do imóvel, independente se a posse é de boa-fé, sem exercer o direito de retenção;
- (C) somente a ampliação da garagem será indenizada caso Cláudio perca a posse do imóvel, independente se a posse é de boa-fé e, poderá ainda exercer o direito de retenção;
- (D) todos os gastos serão ressarcidos caso Cláudio perca a posse do imóvel, independente se a posse é de boa-fé, sem exercer o direito de retenção;
- (E) todos os gastos serão ressarcidos caso Cláudio perca a posse do imóvel, desde que seja de boa-fé e, poderá ainda exercer o direito de retenção.

Questão 30

O comodato se trata de um contrato unilateral gratuito por meio do qual o comodante entrega um bem não fungível para uso ao comodatário, o qual deve devolvê-lo após certo tempo. Com base nas regras do Código Civil, é CORRETO afirmar que:

- (A) o comodatário, independente da natureza do uso da coisa emprestada, não responde por perdas e danos;
- (B) os tutores poderão dar em comodato, somente com autorização especial, os bens confiados à sua guarda;
- (C) o comodato se realiza somente com a tradição do bem;
- (D) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;
- (E) se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, não há solidariedade para com o comandante.

Questão 31

Sobre as principais distinções entre os direitos obrigacionais, direitos pessoais (jus ad rem) e os direitos reais (ius in re):

- () O direito obrigacional é exercido e recai diretamente sobre a coisa, sobre um objeto fundamentalmente corpóreo, embora ocorra também titularidade sobre bens imateriais.
- () Diferente dos direitos reais, o direito obrigacional tem em mira relações humanas.
- () O direito real é um direito absoluto, exclusivo, oponível perante todos (erga omnes).
- () O direito obrigacional é relativo, uma vez que a prestação, que é seu objeto, só pode ser exigida ao devedor.
- () Os direitos reais concedem direitos a uma ou mais prestações efetuadas por uma pessoa.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta:

- (A) F - V - F - F - V;
- (B) V - V - F - F - F;
- (C) F - F - F - V - F;
- (D) F - V - V - V - F;
- (E) V - F - F - V - V.

Questão 32

Considere a situação hipotética em que em uma sentença judicial, o juiz decidiu o mérito da demanda de forma uniforme para todos os réus. Com base nas regras do Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que:

- (A) trata-se de um litisconsórcio passivo unitário e facultativo;
- (B) trata-se de um litisconsórcio ativo unitário;
- (C) trata-se de um litisconsórcio passivo unitário;
- (D) trata-se de um litisconsórcio ativo unitário e facultativo;
- (E) trata-se de um litisconsórcio passivo facultativo.

Questão 33

A petição inicial é um documento fundamental no processo civil, pois é por meio dela que se inicia uma ação judicial. Com base nas regras do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) o juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos deverá automaticamente indeferi-la;
- (B) na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas não serão consideradas incluídas no pedido caso não sejam especificadas na petição inicial;
- (C) é ilícito formular pedido genérico e indeterminado;
- (D) é ilícito a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão;
- (E) a petição inicial não será indeferida se não estiver instruída com o nome do réu, caso seja possível citá-lo.

Questão 34

Considerando as regras do Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que, após proferida a sentença, o juiz só poderá alterá-la:

- (A) para corrigir erros materiais e de cálculos e por meio de agravo de instrumento;
- (B) para corrigir qualquer tipo de erro, inclusive de mérito, em qualquer fase processual;
- (C) para corrigir qualquer tipo de erro, inclusive de mérito, por meio de qualquer modalidade recursal;
- (D) para corrigir erros materiais e de cálculos e por meio de embargos de declaração;
- (E) para corrigir erros materiais e de cálculos e por meio de apelação.

Questão 35

Sobre as regras acerca da revelia no Código de Processo Civil, analise os itens abaixo:

- I. A revelia não produz os seus efeitos se, havendo pluralidade de réus, nenhum deles contestar a ação.
- II. A revelia não produz os seus efeitos se o litígio versar sobre direitos disponíveis.
- III. A revelia não produz os seus efeitos se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- IV. A revelia não produz os seus efeitos se as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

ESTÁ(ÃO) CORRETO(S):

- (A) somente I e III;
- (B) somente I e II;
- (C) somente III e IV;
- (D) somente II e IV;
- (E) todos os itens.

Questão 36

Analise os itens abaixo:

I. Ocorre quando o mesmo ente tributante realiza múltiplas exigências tributárias a um mesmo contribuinte em decorrência do mesmo fato gerador. Em regra, não pode ocorrer, salvo nos casos já previstos pela Constituição.

II. Ocorre quando entes tributantes diferentes exigem do mesmo sujeito passivo tributos decorrentes do mesmo fato gerador.

Considerando a legislação tributária, é CORRETO afirmar que os itens acima correspondem a:

- (A) bitributação e bis in idem, respectivamente;
- (B) bis in idem e bitributação, respectivamente;
- (C) bis in idem, apenas;
- (D) bitributação, apenas;
- (E) tributação ilegal e bis in idem, respectivamente.

Questão 37

Em uma cidade hipotética, os legisladores instituíram, por meio de lei, uma obrigação em que todos os moradores da cidade devem, anualmente, prestar um serviço comunitário em razão de ser morador da respectiva cidade, sendo vedada a substituição da prestação do serviço por outra.

Considerando a situação hipotética e o conceito de tributo estabelecido no Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

- (A) a obrigação instituída não se enquadra no conceito de tributo, já que este não é instituído por lei e sim por medida provisória;
- (B) a obrigação instituída não se enquadra no conceito de tributo, pois não se trata de uma prestação pecuniária;
- (C) a obrigação instituída se enquadra no conceito de tributo, pois todo tributo deve ser instituído por lei;
- (D) a obrigação instituída se enquadra no conceito de tributo, pois nem todo tributo se trata de uma prestação pecuniária;
- (E) a obrigação instituída se enquadra no conceito de tributo, pois os tributos podem ser prestados por meio de serviços comunitários.

Questão 38

Uma lei municipal instituiu um imposto sobre imóveis que incide inclusive sobre os imóveis de propriedade do estado federativo. Considerando essa situação hipotética, é CORRETO afirmar que:

- (A) a lei é constitucional, pois apesar dos estados federativos terem imunidade tributária, esta não é válida em relação aos municípios;
- (B) a lei é constitucional, pois os estados federativos não têm imunidade tributária;
- (C) a lei é inconstitucional, pois os municípios não têm competência para instituir.
- (D) a lei é inconstitucional, pois os municípios só podem instituir impostos sobre imóveis urbanos;
- (E) a lei é inconstitucional, pois os municípios não podem instituir impostos sobre o patrimônio dos estados.

Questão 39

Considere o fragmento abaixo:

“Como a contribuição é decorrente de obra pública e não para a realização de obra pública, não é legítima a sua cobrança com o intuito de obter recursos a serem utilizados em obras futuras, uma vez que a valorização só pode ser aferida após a conclusão da obra. Excepcionalmente, porém, o tributo poderá ser cobrado em face de realização de parte da obra, desde que a parcela realizada tenha inequivocamente resultado em valorização dos imóveis localizados na área de influência.”

(Fonte: Alexandre, Ricardo Direito tributário esquematizado / Ricardo Alexandre. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016, p. 64)

É CORRETO afirmar que o texto refere-se a:

- (A) contribuição compulsória;
- (B) contribuição de melhoria;
- (C) tributo;
- (D) taxa;
- (E) imposto.

Questão 40

Considere o trecho abaixo:

“A _____ é a conduta consistente na prática de ato ou celebração de negócio legalmente enquadrado em hipótese visada pelo sujeito passivo, importando isenção, não incidência ou incidência menos onerosa do tributo. Essa modalidade é verificada, no mais das vezes, em momento anterior àquele em que normalmente se verificaria o fato gerador. Trata-se de planejamento tributário, que encontra guarida no ordenamento jurídico, visto que ninguém pode ser obrigado a praticar negócio da maneira mais onerosa.” (Fonte: Alexandre, Ricardo Direito tributário esquematizado / Ricardo Alexandre. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016, p. 268)

Assinale a alternativa que preenche corretamente a coluna:

- (A) elusão fiscal;
- (B) evasão fiscal;
- (C) elisão fiscal;
- (D) elusão artificiosa;
- (E) elusão ineficaz.

Questão 41

Considere o trecho abaixo:

Nos termos da legislação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza quem, no dia 31 de dezembro de determinado ano, teve a posse ou a propriedade, de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), é obrigado a entregar declaração de rendimentos no ano subsequente (ano-exercício).

(Fonte: Alexandre, Ricardo Direito tributário esquematizado / Ricardo Alexandre. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016, p. 263)

Com base na legislação tributária, é CORRETO afirmar que o texto acima:

- (A) refere-se a uma obrigação acessória;
- (B) refere-se a um crédito tributário;
- (C) refere-se a uma obrigação principal;
- (D) refere-se a um ilícito tributário;
- (E) refere-se a uma obrigação tributária facultativa.

Questão 42

Sobre os princípios que regem a administração pública, relacione as colunas abaixo:

Coluna I:

1. Princípio da Hierarquia.
2. Princípio da Impessoalidade.
3. Princípio da Especialidade.
4. Princípio da Presunção de legitimidade ou de veracidade.

Coluna II:

() No primeiro sentido, o princípio estaria relacionado com a finalidade pública que deve nortear toda a atividade administrativa. Significa que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento.

() Como consequência desse princípio, as decisões administrativas são de execução imediata e têm a possibilidade de criar obrigações para o particular, independentemente de sua concordância e, em determinadas hipóteses, podem ser executadas pela própria Administração, mediante meios diretos ou indiretos de coação.

() Esse princípio fica evidenciado quando o Estado cria pessoas jurídicas públicas administrativas – as autarquias – como forma de descentralizar a prestação de serviços públicos, com vistas à especialização de função.

() Em consonância com esse princípio, os órgãos da Administração Pública são estruturados de tal forma que se cria uma relação de coordenação e subordinação entre uns e outros, cada qual com atribuições definidas na lei.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta:

- (A) 1 - 2 - 4 - 3;
- (B) 2 - 4 - 3 - 1;
- (C) 4 - 1 - 2 - 3;
- (D) 3 - 4 - 1 - 2;
- (E) 1 - 4 - 2 - 3.

Questão 43

Os atos administrativos são ações ou manifestações da administração pública que têm por finalidade produzir efeitos jurídicos, visando atender ao interesse público. Nesse sentido, assinale a alternativa que indica corretamente as características da autorização:

- (A) ato unilateral e discricionário pelo qual se exerce o controle, a priori ou a posteriori, do ato administrativo;
- (B) ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta, ao particular, a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público;
- (C) ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público;
- (D) ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade;
- (E) ato unilateral e discricionário pelo qual a Administração faculta ao particular o desempenho de atividade material ou a prática de ato que, sem esse consentimento, seriam legalmente proibidos.

Questão 44

Cláusulas exorbitantes são dispositivos presentes em contratos administrativos que conferem à Administração Pública prerrogativas especiais e poderes que não são usuais nos contratos entre particulares. Nesse sentido, é CORRETO afirmar que as cláusulas exorbitantes:

- (A) impedem que as decisões baseadas em cláusulas exorbitantes não estejam sujeitas a revisão judicial;
- (B) conferem à Administração o poder de, unilateralmente, alterar as cláusulas regulamentares ou rescindir o contrato antes do prazo estabelecido, por motivo de interesse público;

- (C) permitem à Administração agir de forma arbitrária e ilimitada, por qualquer motivo;
- (D) conferem à Administração o direito de desconsiderar os direitos do contratado;
- (E) conferem à Administração o poder de exercer suas prerrogativas sem a necessidade de justificar suas ações.

Questão 45

Segundo Maria Sylvia Di Pietro, os teóricos da Reforma do Estado incluíram as entidades como as organizações da sociedade civil no que denominaram de terceiro setor. Nesse sentido, é CORRETO afirmar que:

- (A) caracterizam-se por prestar atividade de interesse privado, por iniciativa pública, com fins lucrativos;
- (B) caracterizam-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa pública, com fins lucrativos;
- (C) caracterizam-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa pública, sem fins lucrativos;
- (D) caracterizam-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos;
- (E) caracterizam-se por prestar atividade de interesse privado, por iniciativa privada, sem fins lucrativos.

Questão 46

Sobre as competências dos Municípios, assinale a alternativa correta:

- (A) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- (B) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação superior;
- (C) prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à segurança da população;
- (D) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que não tem caráter essencial;
- (E) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação federal.

Questão 47

Marque a alternativa que apresenta uma finalidade do sistema de controle interno mantido, de forma integrada, pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário:

- (A) elaborar as metas a serem previstas no plano plurianual;
- (B) determinar a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- (C) extinguir programas de governo e orçamentos da União;
- (D) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias;
- (E) investigar irregularidades nos órgãos e entidades da administração federal.

Questão 48

Assinale a opção que apresenta juízo competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência:

- (A) juízo do local do domicílio do réu;
- (B) juízo do local do primeiro estabelecimento do devedor;
- (C) juízo do local do principal estabelecimento do devedor;
- (D) juízo do local de domicílio de qualquer dos credores;
- (E) juízo do local em que há maior número de credores.

Questão 49

A respeito do tempo despendido pelo empregado de sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno:

- (A) é considerado como tempo à disposição do empregador apenas se o empregado utilizar transporte fornecido pelo empregador;
- (B) não será computado na jornada de trabalho e não é considerado tempo à disposição do empregador;
- (C) é computado na jornada de trabalho, caso haja utilização de meio de transporte fornecido pelo empregador;
- (D) é considerado por força de lei como tempo à disposição do empregador;
- (E) não é considerado como tempo à disposição do empregador, quando o empregado utilizar de veículo próprio como meio de transporte.

Questão 50

Constituem bens que, embora componham o patrimônio público, não possuem destinação pública determinada ou um fim administrativo específico:

- (A) do domínio público;
- (B) do uso comum do povo;
- (C) dominicais;
- (D) uso especial;
- (E) do patrimônio.

Questão 51

A pré-qualificação de licitantes nas concorrências é procedida sempre que o objeto da licitação recomende análise mais detida da:

- (A) qualificação socioeconômica;
- (B) qualificação técnica;
- (C) qualificação jurídica;
- (D) qualificação econômico-financeira;
- (E) regularidade fiscal.

Questão 52

Acerca da competência tributária, assinale a alternativa correta:

- (A) a atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito privado que a conferir;
- (B) a competência tributária é delegável, salvo atribuição das funções de executar decisões de matéria administrativa em tributárias;
- (C) a atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido;
- (D) a competência tributária é delegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos;
- (E) constitui delegação de competência, o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Questão 53

Considera-se fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

- (A) se limitar à indicação à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;
- (B) invocar motivos que se prestam a justificar qualquer outra decisão;
- (C) empregar conceitos jurídicos determinados e explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;
- (D) não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;
- (E) se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, independentemente de identificar seus fundamentos determinantes.

Questão 54

Considere o fragmento abaixo:

"[...] se diz que o poder da Administração é _____, porque a lei não deixou opções; ela estabelece que, diante de determinados requisitos, a Administração deve agir de tal ou qual forma."

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

- (A) imotivado;
- (B) vinculado;
- (C) discricionário;
- (D) motivado;
- (E) eficiente.

Questão 55

Sobre as regras da administração indireta, analise os itens abaixo:

- I. A _____ ocorre quando o ente descentralizado exerce atribuições próprias que não decorrem do ente central; é a situação dos Estados-membros da federação.
- II. A _____ é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica.
- III. A _____ ocorre quando as atribuições que os entes descentralizados exercem só têm o valor jurídico que lhes empresta o ente central; suas atribuições não decorrem, com força própria, da Constituição, mas do poder central.

Assinale a alternativa que preenche as lacunas, respectivamente:

- (A) I. desconcentração; II. descentralização; III. descentralização administrativa;
- (B) I. descentralização política; II. descentralização; III. descentralização administrativa;
- (C) I. descentralização administrativa; II. desconcentração; III. descentralização administrativa;
- (D) I. descentralização administrativa; II. desconcentração; III. desconcentração política;
- (E) I. descentralização administrativa; II. desconcentração administrativa; III. desconcentração administrativa.

Questão 56

As cláusulas contratuais em que não seriam comuns ou que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes em relação à outra e que colocam a Administração em posição de supremacia sobre o contratado são denominadas de:

- (A) cláusulas abusivas;
- (B) cláusulas leoninas;
- (C) cláusulas pré-contratuais;
- (D) cláusulas exorbitantes;
- (E) cláusulas administrativas.

Questão 57

Sobre as disposições do Código Tributário Nacional, analise os itens abaixo:

- I. Apenas a União pode instituir ou majorar tributo sem que a lei o estabeleça.
- II. A União e os Estados podem cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
- III. É vedado à União, aos Estados, municípios e Distrito Federal estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- IV. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar impostos sobre templos de qualquer culto.

ESTÁ(ÃO) CORRETA(S):

- (A) somente I, II e IV;
- (B) somente II e III;
- (C) somente III e IV;
- (D) somente I e II;
- (E) somente I, II e III.

Questão 58

Considere a situação em que um juiz de direito proferiu uma sentença em que ele acolheu a alegação de existência de convenção de arbitragem. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) o juiz proferiu uma decisão parcial de mérito;
- (B) o juiz proferiu uma sentença sem resolução do mérito;
- (C) o juiz proferiu uma decisão antecipada parcial de mérito;
- (D) o juiz proferiu uma sentença antecipada parcial de mérito;
- (E) o juiz proferiu uma sentença com resolução do mérito.

Questão 59

Considere as regras específicas da ação de consignação em pagamento dispostas do Código de Processo Civil e marque V para os itens verdadeiros e F para os falsos:

- ☐ Na contestação, o réu poderá alegar que houve recusa em receber a quantia ou a coisa devida.
- ☐ Na contestação, o réu poderá alegar que não foi justa a recusa do Requerente em receber a quantia ou coisa devida.
- ☐ Na contestação, o réu poderá alegar que o depósito não se efetuou no prazo ou no lugar do pagamento.
- ☐ Na contestação, o réu poderá alegar que o depósito é integral.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA:

- (A) V - F - V - F;
- (B) V - V - F - F;
- (C) F - V - V - F;
- (D) V - F - F - F;
- (E) F - V - V - V.

Questão 60

A incompetência se refere à falta de atribuição ou de poder legal de um juiz para julgar determinado processo. Nesse sentido, com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) apenas a incompetência relativa será alegada como questão preliminar de contestação;
- (B) a incompetência absoluta será alegada como questão preliminar de contestação, somente;
- (C) a incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício;
- (D) a incompetência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício;
- (E) a incompetência relativa e absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

DISCURSIVA

Questão 1

Pedro é motorista de Uber e, como fica muito tempo sentado durante o dia, faz questão de pedalar todas as manhãs. Em uma dessas pedaladas matinais, porém, Pedro caiu em um buraco na rua, que havia sido aberto pela Secretaria de Obras do Município de Jaru. Ao cair no buraco, Pedro quebrou a perna e, por isso, precisou ficar 1 (um) mês inteiro sem trabalhar. A bicicleta, por sua vez, ficou empenada. E, além disso, a queda ainda deixou uma cicatriz enorme no rosto de Pedro.

A ação cabível foi ajuizada perante a vara competente, e, em sua petição inicial, Pedro pleiteou a reparação de todos os danos sofridos. O Município de Jaru apresentou sua contestação tempestivamente, impugnando todas as alegações do autor. Na fase instrutória, ficou demonstrado, por meio de vídeos e provas testemunhais, que o servidor Ozório, da equipe de manutenção da Secretaria de Obras, havia deixado de sinalizar corretamente a existência do buraco.

Na sentença, o juiz condenou o Município de Jaru a indenizar Pedro por todos os danos sofridos, que totalizaram o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com base na responsabilidade objetiva do Município e sua omissão em sinalizar devidamente a existência do buraco, deixando claro que as provas foram inconteste quanto à existência de culpa do servidor. A sentença transitou em julgado e o Município de Jaru pagou a quantia devida a Pedro.

Munido da sentença transitada em julgado, que atesta que Ozório realmente não havia instalado as sinalizações indicadas para o buraco em que Pedro caiu, o Município de Jaru pede a V.Sa. que elabore a ação cabível para que seja ressarcido.

Folha de rascunho para redação

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

RASCUNHO